



ORIGENS SOCIAIS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

*Célia Regina Vendramini
Professora do CED / UFSC*

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a práxis¹ dos sem-terra, com base em pesquisa desenvolvida em acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de Santa Catarina². Consideramos o trabalhador sem-terra como um sujeito social coletivo, construído historicamente no processo de resistência contra a expropriação concentradora que caracteriza até hoje o desenvolvimento agrário brasileiro. Buscamos compreender e explicar sua natureza e

¹ Práxis entendida como processo de mudança das circunstâncias vividas e de transformação da consciência (Conf. Marx, terceira tese sobre Feuerbach). (MARX, ENGELS, 1989).

² Trata-se da pesquisa “Assentamentos do MST e Identidade Coletiva”, coordenada pelas professoras Célia Regina Vendramini e Bernardete Wrublevski Aued, financiada pelo Plano Sul de Pesquisa CNPq/FUNCITEC.

trajetória política face às transformações econômicas e políticas que priorizam o grande capital. As questões centrais aqui colocadas são:

- Qual é a identidade social comum, isto é, a natureza de classe dos trabalhadores sem-terra?
- Como conceituar politicamente o Movimento Sem Terra?
- Quem são os sem-terra que constituem o MST?

Desde a segunda metade da década de oitenta, os sem-terra constroem uma identidade social comum chamada MST. Por meio de inúmeras ocupações, em áreas consideradas improdutivas, espalhadas inicialmente na região sul, e alastrando-se posteriormente por todo o país, por meio de diversos tipos de mobilizações (ocupação de prédios públicos, caminhadas e manifestações), os desamparados da terra do início do movimento transformam-se em um sujeito político, nacionalmente conhecido e reconhecido. Este consiste em um movimento social de novo tipo que se organiza na luta incessante para sobreviver com o próprio trabalho, o que exige a confrontação política com a classe latifundiária e com o Estado guardião dos privilégios das classes proprietárias.

CLASSE E CONSCIÊNCIA DE CLASSE

A identidade social comum do sem-terra organizado em torno do MST é construída politicamente pelas ações do movimento, tendo em vista a situação dos trabalhadores rurais no processo de produção, comercialização, financiamento, abastecimento de insumos etc. O sem-terra constitui-se como classe na luta de classes. Nesse sentido, a vinculação a uma classe social é determinada estruturalmente, pela posição que se ocupa num sistema de produção, e também pela capacidade de organização e mobilização. Segundo Hobsbawm (1987), a classe e o problema da consciência de classe são inseparáveis.

Criou-se o conceito de classe social como elemento explicativo da ação social, ou melhor, para designar os sujeitos que intervêm na história, que a partir das condições objetivas de vida são capazes, na luta política, de criar uma consciência social. A classe é, para o trabalhador, a formação social que organiza o seu confronto com a ordem, portanto, só se pode falar em consciência na luta de classes, em política, a qual se forja nas lutas sociais, pela ação coletiva, implicando uma organização que seja a portadora de uma ideologia própria (Vendramini, 2000, p.34).

O problema que mais tem dividido as diversas correntes sociológicas é o critério que serve de base para distinguir as classes. Para o marxismo, não é a ocupação, nem o montante dos rendimentos e nem o estilo de vida que constitui o principal critério para a constituição de uma classe social, embora todos esses traços constituam critérios que vigorem em casos particulares. É conhecida a clássica definição de classe feita por Lênin:

Denominam-se classes a grandes grupos de homens que se diferenciam pelo seu lugar no sistema historicamente determinado da produção social, pela sua relação (na maioria dos casos confirmada pelas leis) perante os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, por conseguinte, pelos meios de obtenção da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de homens em que uns podem apoderar-se do trabalho dos outros graças à diferença do lugar que ocupam em um determinado sistema da economia social (1948, p. 613).

Esta concepção mostra qual é, para o marxismo, a base econômica da constituição das classes sociais e o critério fundamental para a sua conceituação: a relação dos homens com os meios de produção.

Entretanto, Lênin vai além das questões puramente econômicas na constituição das classes sociais, na medida em que atribui um grande valor à educação política do proletariado, das massas pobres e da pequena burguesia, “através de situações e de reivindicações concretas, do desenvolvimento da consciência de classe e da agudização (aos níveis econômico, sócio-cultural e político) dos conflitos de classe” (Fernandes, 1978, p. 18).

Para Marx, Lukács e outros marxistas contemporâneos, as transformações de “classe em si”, em “classe para si”, requerem organização política, educação e debates ideológicos. No entanto, estes processos inter-relacionados são localizados, em termos de situação, no contexto das divisões de classe da sociedade e dentro do seu processo de luta (lugar de trabalho, moradia, movimentos políticos por direitos democráticos etc).

A análise de Wright (1981), acerca da estrutura de classes (interesses imediatos e fundamentais) e da sua formação (capacidades estruturais e organizacionais), associa-se à

concepção de que as classes nunca são apenas posições numa estrutura social, pois são também forças sociais que transformam as estruturas respectivas.

Os interesses imediatos de classe constituem interesses no seio de dada conjuntura de relações sociais e os fundamentais centram-se em interesses que questionam a própria estrutura. Os primeiros definem-se dentro de certo modo de produção, ao passo que os segundos definem-se entre modos de produção, questionando-o. Eles não existem separados uns dos outros, estão dialeticamente vinculados, sendo os interesses imediatos incompletos, mas não “falsos” interesses.

As capacidades de luta e organização das classes em função dos seus interesses são também tratadas por Wright. “As capacidades de classe são definidas pelas *relações sociais dentro de uma classe*, as quais, em maior ou menor grau, unem os agentes daquela classe em formação”. As diversas relações de classe que vinculam de forma objetiva os seus agentes numa situação comum de classe podem ser divididas em duas categorias: “os vínculos gerados diretamente pelos fatos estruturais da sociedade capitalista e os que são constituídos pela organização consciente daquela classe. As primeiras podem ser chamadas *capacidades estruturais*, e as segundas, *capacidades organizacionais* de uma classe” (1981, p. 91 e 92)³.

Lukács faz uma análise acerca da fissura mais impressionante e que trouxe importantes conseqüências à consciência de classe do proletariado – a separação entre a luta econômica e a luta política. Esse desvio tem o seu fundamento na dualidade dialética do objetivo parcial e do objetivo final.

Mas como a história coloca o proletariado face à tarefa de uma transformação consciente da sociedade, tem que surgir na sua consciência de classe a contradição dialética entre o interesse imediato e o objetivo final, entre o momento isolado e a totalidade, porque o momento

³ No livro *Classes*, Wright (1994) propõe apresentar uma reformulação global da teoria das classes sociais. Insatisfeito com impasses da sua própria teorização, diagnostica a fonte do problema como um “desvio da exploração para a dominação, enquanto base das relações de classe”. A idéia central da análise da exploração, fundamentada no método de John Roemer, é que a base de exploração material encontra-se formada pelas desigualdades na distribuição dos ativos produtivos, conhecidos comumente como relações de propriedade. A exploração tem base nas relações de propriedade das forças produtivas, ou seja, na relação das condições materiais de produção. Ao redefinir, no campo econômico, a exploração fora do campo da produção como distribuição e rejeitar a teoria do valor trabalho, Roemer priva a economia política dos seus mais fundamentais pontos de partida analíticos: as relações sociais de produção. A proposta de Roemer recoloca as questões da pertinência dos paradigmas individualistas na análise de classes, bem como do recurso a uma noção de racionalidade utilitária. Apesar da problemática que aborda ser caracteristicamente marxista, utiliza na construção dos modelos uma metodologia individualista.

isolado no processo é, já por essência, imanente à atual sociedade capitalista e está submetido às suas leis, à sua estrutura econômica (LUKÁCS, 1973, p. 68).

Nesse sentido, a consciência de classe não é a consciência psicológica de proletários individuais ou a consciência psicológica (de massa) do seu conjunto, mas sim o sentido, tornado consciente, da situação histórica da classe.

No *Posfácio de 1967 à História e Consciência de Classe*, Lukács afirma que “um dos grandes méritos de *História e Consciência de Classe* foi, com certeza, o de ter dado à categoria da totalidade, que a pretensão ‘científica’ do oportunismo social-democrata fizera cair no completo esquecimento, o lugar metodológico central que sempre ocupara na obra de Marx.” (1974, p. 360) Mas reconhece o exagero (hegeliano) de opor o lugar metodologicamente central da totalidade à prioridade do fator econômico. Esta totalidade significa, para Lukács, que a verdadeira consciência de classe só se realiza com a passagem da auto-avaliação do proletário como agente econômico, para a percepção de sua posição no jogo de forças políticas e na construção de uma concepção de mundo. Por isso afirma que o proletariado, ao mesmo tempo em que luta contra o seu inimigo exterior, a burguesia, terá que lutar “contra si próprio, contra os efeitos devastadores e degradantes do sistema capitalista sobre a sua consciência de classe”. (1974, p. 96)

É importante destacar o reconhecimento que Lukács faz de só ter conseguido chegar à formulação de consciência de classe “adjudicada” (atribuída). Afirma que, com isso, pretende definir a idéia que Lênin apresentou no livro *Que fazer?*, onde se traduz que a consciência de classe socialista é trazida aos trabalhadores do exterior. Em Lukács essa análise adota a forma de intenção subjetiva, como exposição intelectual, enquanto que em Lênin é a análise do movimento prático da totalidade da sociedade.

Entretanto, Lukács é capaz de construir uma teoria global e profunda do problema da consciência de classe, não se limitando à consciência imediata, que não é capaz de criar verdadeiramente uma identidade entre os trabalhadores e levá-los a uma radical oposição à classe que os mantêm subjugados.

A NATUREZA DE CLASSE DOS TRABALHADORES SEM TERRA

Marx e Engels na *Ideologia Alemã* (1989, p.50) consideram a possibilidade de construção de uma coletividade tendo como base uma massa totalmente “destituída de propriedade”, e que se encontre em contradição com um mundo de riquezas.

Como entender os sem-terra nesse contexto? O que eles expressam? O que representam socialmente, no interior de uma sociedade de classes?

Em primeiro lugar, precisamos compreender a situação da agricultura, em especial da pequena agricultura familiar brasileira, no interior das relações capitalistas de produção, para então apreender a posição ocupada pelos seus trabalhadores.

Os avanços da exploração capitalista e o processo de modernização da agricultura na região sul (como nas demais regiões do país) caracterizam-se pela formação de unidades de produção cada vez maiores, impondo novas condições para lucratividade, uma vez que as culturas que utilizam insumos modernos e produzem para a exportação ou transformação industrial têm um espaço privilegiado na balança comercial.

Nesse sentido, a pequena produção perde importância como fornecedora de gêneros alimentícios a preços baixos e ganha destaque como reservatório de braços para as atividades capitalistas.

A expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira destrói milhares de pequenas unidades de produção, transforma o colono em bóia-fria, agrava os conflitos entre grileiros e posseiros, enfim, concentra ainda mais a propriedade da terra.

O que unifica os pequenos produtores do campo são as condições insuficientes – de terra, instrumentos de trabalho e insumos – de que dispõem para reproduzir sua unidade familiar. Sua produção está subordinada ao capital, como comprador de suas mercadorias e fornecedor dos meios de produção de que eles necessitam, e ainda por meio da venda direta da força de trabalho.

A pequena produção está sempre subordinada ao capital, seja comercial ou financeiro, ao proprietário fundiário, aos complexos agro-industriais e às cooperativas capitalistas. Destacamos as agroindústrias⁴, pela grande interferência delas na economia catarinense. A agroindústria no Brasil desenvolveu-se como uma extensão orgânica da

⁴ Sobre isso ver Paulilo (1990), *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos – o caso de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Da UFSC; Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

estrutura industrial e é um dos determinantes básicos na redefinição do papel da agricultura na acumulação capitalista.

Para que as unidades familiares individuais se incorporem ao processo de produção industrializada e atinjam níveis de produtividade competitivos, devem alcançar um determinado patamar tecnológico (equipamento mecanizado, sementes selecionadas, fertilizantes etc.); o acesso a esses recursos exige a utilização de crédito, o que implica o risco de aumentar cumulativamente o endividamento e levar à falência.

Segundo Goodman, Sorj e Wilkinson, as políticas de modernização subsidiadas pelo Estado promovem a capitalização dos processos de trabalho rurais e a mercantilização crescente da agricultura de pequena escala. “O Estado com sua estratégia de ‘modernização conservadora’ torna-se o arquiteto de um novo modelo de acumulação, que se expressa na expansão e diversificação do complexo agroindustrial e na rápida penetração das relações capitalistas de produção na agricultura” (1985, p. 35).

Observa-se uma penetração desigual do capitalismo na esfera produtiva, seja na forma de agroindústrias, cooperativas, empresas agrícolas e até unidades familiares, estas últimas conservando forma de trabalho e de produção informais, do ponto de vista capitalista. “O capitalismo brasileiro se desenvolve de acordo com as condições históricas específicas da sua estrutura social, ou seja, em concordância com os interesses das camadas superiores de proprietários que comandam na economia e no Estado” (CASTRO, s/d, p. 3).

O capitalismo se impõe submetendo os diversos trabalhadores do campo. A modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da força de trabalho não qualificada numa propriedade agrícola, substituindo o trabalhador permanente pelo volante temporário; o próprio caráter da força de trabalho rural temporária está mudando, tornando-se cada vez mais ligada ao setor urbano, no sentido dos custos de sua reprodução passarem a derivar da força de trabalho assalariada, que pode ser rural. O emprego sistemático de máquinas, que implica na formação de relações capitalistas e no seu sucessivo desenvolvimento, elimina o trabalho rural baseado na autonomia familiar.

Esse contexto de dependência dos trabalhadores da agricultura à economia capitalista, de perda de autonomia da pequena propriedade familiar, de endividamento, da

“adesão” crescente ao trabalho assalariado, muitas vezes, não é perceptível aos trabalhadores.

O problema está em perceber a exploração a que está submetido o produtor rural, que aparenta uma autonomia e auto-suficiência que são ilusórias. O seu trabalho está submetido indiretamente ao capital; formalmente preserva sua autonomia e aparenta trabalhar para si mesmo, mas na realidade depende do capital financeiro dos bancos que lhe fazem empréstimo, do capital comercial e do capital industrial. Sua submissão é real, mas é mistificada com maior facilidade, o que dificulta ainda mais as condições para a formação de uma consciência. Além do mais, os seus meios de reivindicar e de influenciar as suas condições de vida são menos eficazes, economicamente falando, que os dos operários.

De acordo com Marx, a exploração do camponês só na forma se distingue da do proletário industrial. O explorador é o mesmo (cf. MARX, 1982a), só que no campo ele é mais difuso (VENDRAMINI, 2000, p. 36).

Os pequenos produtores rurais podem apresentar um menor grau de coesão de classe devido à modalidade de sua atividade econômica - o trabalho em parcelas, ou seja, o suporte da atividade econômica do produtor rural é marcado pela individualidade, somente quando o produto do seu trabalho atinge o mercado é que este se socializa. Portanto, pode não ser perceptível para eles, mas a sua existência, sua reprodução, suas tensões e suas lutas são determinadas por relações de classe.

Os sem-terra que desde a década de 80 vêm constituindo o MST são a expressão dessa realidade: gente sem nenhuma terra, gente com pouca terra, gente que já teve a terra mas a perdeu em função de endividamento. Todos são submetidos ao capital, seja financeiro, comercial ou produtivo, ainda que em tempos e de formas diferenciadas.

Eles formam o que Marx e Engels chamam de uma “massa totalmente destituída de propriedade” (1989). Não só da propriedade da terra, mas também dos meios de produção. Como eles mesmos dizem, vão obrigando-se a “trabalhar para os outros”, alguns mais cedo, outros mais tarde.

Como uma massa “destituída de propriedade”, sonham com a possibilidade de terem um pedaço de terra. Esta seria uma luta pela propriedade, ou mais especificamente, pela propriedade da terra? Tal questão sugere algumas reflexões.

1º) A conquista da terra não significa o acesso à propriedade. Esta é restrita, nas atuais relações sociais, à classe dominante, aquela que detém a propriedade dos meios de produção e compra da força de trabalho, elemento central na produção de riquezas. Portanto, o trabalhador que tem uma pequena posse da terra pode ilusoriamente

considerar-se autônomo e não mais “trabalhar para os outros”. Entretanto, ao não deter os meios de produção (máquinas, sementes, insumos), ao inserir-se numa economia mercantilizada que privilegia a produção da monocultura em grandes extensões de terra, ao integrar-se às agroindústrias, ao buscar o assalariamento em algumas épocas do ano, entre outras condições, o trabalhador não detém a propriedade de fato. Continua compondo uma massa destituída de propriedade, ainda que, muitas vezes, sem consciência desta sua posição dentro das relações de produção.

2º) Lutar pela terra é lutar por uma situação de vida que expulsa mais de uma vez os trabalhadores. Segundo alguns autores (MARX, 1982, LUKÁCS, 1974, HOBBSBAWM, 1987), o movimento no campo, geralmente, só pode ter êxito quando é articulado por uma organização, teoria ou programa que chega ao camponês vindo de fora. Existe no MST a vontade política de mudança estrutural da sociedade, principalmente por parte de suas lideranças, mas suas reivindicações imediatas são a luta pela terra, por crédito, sementes, insumos, que se inscrevem nos marcos de reivindicações legalistas da sociedade civil, estando dependentes da ação do Estado. Um movimento é considerado reformista quando concebe a construção de uma nova ordem de sociedade, na correção de anormalidades e injustiças da velha ordem tradicional, o que não impede que se mobilize levado por líderes revolucionários.

Os sem-terra, ao ocuparem uma área e colocarem em xeque a propriedade privada da terra, ao enfrentarem toda forma de violência física e moral, ao permanecerem anos embaixo de barracas de lonas nos acampamentos, em condições precárias e inseguras, e por fim conquistarem o assentamento, têm diante de si o grande desafio de superar sua condição anterior de produção da existência de forma individual.

3º) O trabalhador explorado, desenraizado socialmente, que encontra no MST a possibilidade de enraizamento (Caldart, 2000), não está lutando necessariamente pela terra, mas pela sobrevivência, para garantir sua existência material, inviabilizada para muitos nessa sociedade. No desenvolvimento das forças produtivas, chegamos a uma fase em que se produz para destruir, mercadorias são produzidas para serem descartadas, entre

elas a mercadoria força de trabalho. Marx, no seu tempo, já explica o grande *excedente humano* criado com o próprio capitalismo e levado aos seus limites nos dias de hoje.

Diante dessas reflexões, percebemos as contradições que estão presentes na luta pela terra, seus limites e suas possibilidades, que são históricas.

Algumas estratégias de luta do MST hoje, desencadeadas em âmbito internacional, através da Via Campesina, permitem visualizá-lo como possibilidade de construção de uma coletividade, a partir do que Marx e Engels definem na *Ideologia Alemã*, como uma luta de indivíduos universais, histórico-mundiais.

Uma das principais bandeiras de luta definida no Fórum Social Mundial, em 2003, pela Via Campesina, é a campanha mundial pelo reconhecimento da semente como patrimônio da humanidade, portanto contra a propriedade privada de sementes, regulamentada aqui no Brasil em 1997 pelas leis de patentes: a lei de proteção industrial (nº 9279) e a de proteção de cultivares (nº 9456), que prevê os direitos de melhoria para as novas variedades de plantas e mudas, coibindo o uso comercial sem autorização do titular dos direitos. Isso significa que o agricultor tem que pagar pelas sementes e pelo uso da tecnologia. Segundo Cláudia Jardim, do Jornal Brasil de Fato, “as indústrias detentoras de patentes podem aumentar o preço das sementes, regulando a produção do agricultor que, por contrato, não poderá mais fazer reservas e trocas de sementes para o plantio seguinte.” Para Nodari, “o setor será oligopolizado e, se o poder público não controlar, as empresas privadas ditarão o que deve ser cultivado, assim como o preço de custo da produção”. Como afirma Pessanha, “é a institucionalização do monopólio de sementes no país” (apud Brasil de Fato, 2003, n.8, p. 3).

Esse quadro indica que a luta do MST junto à Via Campesina, pela produção de sementes e contra a produção transgênica (o plantio de soja transgênica no Brasil foi liberado por meio da medida provisória 131, assinada pelo governo Lula em 25 de outubro de 2003), que significa total dependência tecnológica e econômica, além de danos à saúde da população e ao meio ambiente, é uma luta contra a propriedade, ou seja, contra a propriedade privada de sementes, contra o oligopólio, que controla a produção do agricultor e o submete completamente às grandes corporações internacionais, como

por exemplo, a transnacional Monsanto⁵. É o controle sobre a produção de alimentos, talvez uma das formas mais perversas de dominação, o que significa o controle sobre a própria vida.

Contraditoriamente a esta luta de caráter universal, contra o monopólio da produção de sementes por poucas empresas transnacionais, o MST definiu no seu último congresso nacional, em 2000, a bandeira de luta: “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio”. Num contexto em que o latifúndio, símbolo da agricultura “primitiva”, “colonial”, foi transformado numa grande empresa capitalista, tendo em vista a rápida penetração das relações capitalistas de produção na agricultura.

AS ORIGENS SOCIAIS DO MST EM SANTA CATARINA

Para compreender com maior amplitude a natureza dos trabalhadores sem-terra, procuramos refletir sobre as origens sociais destes trabalhadores que a partir da década de 80 vêm constituindo o MST em Santa Catarina, por meio de ocupações de terras, acampamentos, marchas, mobilizações e assentamentos. Encontramos nos acampamentos e assentamentos sotaques italianos e alemães, traços indígenas e africanos, remanescentes do Movimento do Contestado, gente sem fronteira que busca a sobrevivência em algum pedaço de terra⁶.

Muitos dos sem-terra que constituem o MST em Santa Catarina, ou seus pais e avós, vieram do Rio Grande do Sul ou do Paraná, alguns sem-terra e outros expulsos das terras onde viviam e trabalhavam, para colonizar o Oeste Catarinense⁷. Uma das opções

⁵ A Monsanto, detentora das patentes da soja *Roundup Ready*, pretende cobrar *royalties* (direito de uso) pela safra de soja transgênica, obtida mediante contrabando e cultivada ilegalmente no Rio Grande do Sul. A cobrança foi possibilitada por medida provisória que autoriza o comércio da safra (Jardim, C. Brasil de Fato, 2003, n.10, p. 3).

⁶ O ponto de partida de nossa análise são as entrevistas realizadas com acampados e assentados dos municípios de Abelardo Luz, Campos Novos, Ponte Serrada, Fraiburgo e Brunópolis em Santa Catarina. Utilizamos também alguns dados colhidos pela aplicação de questionário junto a 95 sem-terra acampados e 206 assentados (total de 301). O questionário atinge 15 acampamentos (dos 16 existentes) e 60 assentamentos (dos 113 localizados em Santa Catarina).

⁷ Tais informações são fruto das entrevistas realizadas. Quanto aos questionários aplicados, eles indicam que 78,7% dos acampados e assentados do MST nasceram no estado de Santa Catarina, 14% no Rio Grande do Sul e 6,3% no Paraná. Isso se altera quando observamos o estado de origem dos seus pais

dos pequenos agricultores diante da modernização da agricultura, nos anos 1960 e 70, é a abertura de fronteiras agrícolas, muitas delas nas regiões norte e centro-oeste do país. A região oeste de Santa Catarina, a última do estado a ser colonizada, recebe, portanto, muitos trabalhadores vindos de outras regiões em busca de terra, além dos chamados “caboclos” que trabalham para as empresas colonizadoras em troca de pequenos pedaços de terra em meio ao mato, para a “limpeza” das áreas, para a agricultura, para fazer campos para pastagens e, especialmente, para a exploração de madeira. A constituição de 1891 outorga aos estados a administração das terras denominadas “devolutas”. A idéia de que a região é um “grande vazio demográfico” prevalece, despertando a cobiça entre os que podem tomar decisões na época, facilitando a distribuição de títulos de propriedade para uns poucos privilegiados.

Quanto à sua origem, 40% dos sem-terra acampados e assentados identificam-se como caboclos, 36% manifestam sua origem entre os imigrantes italianos e alemães e 11% dizem ter origem indígena. Com relação à origem dos seus pais e mães, há predomínio da origem italiana e alemã (45% e 43% respectivamente), seguida pela origem social cabocla (31% e 34%) e, por último, a indígena (11% entre os pais e as mães).

Os descendentes de imigrantes italianos e alemães já foram proprietários de terras ou então seus pais ou avós, através dos projetos de colonização da região sul do país. Comumente, eram proprietários de pouca terra, insuficiente para todos os filhos, que se obrigavam a assumir empreitadas, a arrendar terra e até mesmo a trabalharem como diaristas em outras propriedades. Muitos deles também trabalharam na construção de ferrovias e de rodovias, de pontes e, no Sul de Santa Catarina, nas minas de carvão. Além do problema do tamanho das terras, muitas eram localizadas em áreas de difícil plantio, sendo pouco aproveitáveis, faltavam também as condições que viabilizassem a produção. Além disso, enfrentaram um violento processo de expulsão de suas terras, com a modernização da agricultura que, apesar de não tê-los expulsado diretamente, o fez por via do estabelecimento de um patamar tecnológico não acessível aos pequenos produtores, levando ao endividamento, por meio da mercantilização da agricultura, do

(54,4% nasceram em SC, 41% no RS e 4,6% no PR) e das suas mães (54,9% nasceram em SC, 38,3% no RS e 6,8% no PR).

incentivo à produção monocultural em grandes extensões de terra e da integração às agroindústrias. Portanto, por uma ou outra via, muitos agricultores perdem suas terras, ou vêm inviabilizada sua produção, levando-os a migrarem para a cidade ou para outras regiões e até mesmo a recorrerem ao assalariamento, ainda que em algumas épocas do ano. As lembranças da infância que alguns entrevistados têm refere-se à vinda até sua casa do *Banco* para tomar as terras, perdidas pelo endividamento.

Com relação aos que se identificam como caboclos, estes, seus pais e avós raramente tiveram acesso à propriedade da terra, com exceção dos que “receberam” pequenas áreas em troca do desbravamento, para transformá-las em terras agricultáveis ou em campos de pastagens, ou ainda para exploração da madeira. Entretanto, foram jogados em terras distantes, em meio ao mato fechado, em áreas acidentadas, com pouca viabilidade de produção. Os caboclos desde cedo foram acostumados a “trabalhar para os outros”, por meio do arrendamento, de empreitadas contratadas por fazendeiros ou empresas agrícolas, de trabalho diarista. Observamos, pelo questionário aplicado na nossa pesquisa, que 85,7% dos sem-terra acampados e assentados nunca foram donos de terras.

O caboclo emerge no contexto da construção da estrada de ferro e do Movimento do Contestado. Muitos chegam ao Oeste Catarinense para a construção da rodovia que liga São Paulo ao Rio Grande do Sul, a qual gera muitos conflitos, entre eles o de terras, constituindo-se numa das razões para a Guerra do Contestado, entre os anos de 1914 a 1916. Em 1916 é estabelecido o acordo entre Santa Catarina e Paraná para a demarcação das fronteiras, ano este em que tem fim a Guerra do Contestado.

A partir dos elementos até aqui apontados a respeito da origem social dos sem-terra e a colonização do Oeste Catarinense, perguntamos: por que os caboclos submetem-se às duras condições impostas pelas empresas colonizadoras em troca de pequenos pedaços de terra? Por ilusão ou por necessidade? No início do século, encontramos os que não têm como viver do trabalho, o êxodo rural já aparece, prova disso são os programas educativos desenvolvidos para manter o homem no campo. Os programas e currículos especiais voltados para a população rural, desde a década de 20, pautam-se na lógica da educação como mola propulsora do desenvolvimento social. Seu objetivo é conter a migração e fixar o homem no campo, como na proposta do “ruralismo pedagógico”, que trata de programas “adequados” à cultura rural, capazes de prender o

homem na terra, ou nos programas: Serviço Social Rural (SSR) e Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), que surgem na década de 50 com o mesmo objetivo de conter a migração rural-urbana.

Portanto, a falta de condições para sobrevivência ou o desemprego, como denominamos hoje, pode explicar o movimento para o Oeste Catarinense dos trabalhadores do Rio Grande do Sul e do Paraná, na esperança de voltar a viver autonomamente, de ter um pedaço de terra, quando o movimento real indica que isso já não é mais possível. Assim, a ocupação do Oeste tem a ver diretamente com a migração interna, e também com o processo migratório internacional, com esse movimento que é permeado por conflitos. É preciso expulsar os homens da terra para a penetração do capitalismo. O assalariamento no Brasil mal se constitui e cria trabalhadores *sobrantes*, sendo que estes também não podem ficar no campo.

Observamos que os trabalhadores vagueiam pelo mundo em busca de trabalho, a exemplo dos imigrantes italianos ou alemães. Há os que saem do Sul para abrir fronteiras no Norte e Centro-Oeste do país, e que depois retornam. Os que saem do Rio Grande do Sul e do Paraná em direção ao Oeste e Planalto Catarinenses. Os que migram para as cidades, constituindo força de trabalho excedente. Os que saem do Nordeste para vender redes no litoral do Sul e Sudeste do país ou para trabalhar na colheita da laranja, ou ainda no corte de cana-de-açúcar em São Paulo. Em Santa Catarina, os trabalhadores, além de migrarem para as cidades, vagueiam de um lugar para o outro em busca de trabalho, constituindo o trabalho sazonal, na colheita da maçã, por exemplo, dirigem-se à serra catarinense.

Ao entrarem no MST, continuam a vaguear, talvez agora com um sentido diferenciado, mas ainda como expressão de uma oposição de classe. Passam por diversas ocupações, despejos e reocupações e realizam longas caminhadas de protesto em defesa do assentamento das famílias acampadas, de crédito, de escola.

Esse movimento constitui o MST, num processo de criação de uma identidade entre os sem-terra, por meio da luta, quando vão percebendo elementos em comum nas suas origens sociais, na sua trajetória de vida e nas suas atuais condições de existência.

O QUE CONSTITUI O MST?

Consideramos que as pessoas não chegam ao MST, elas constituem o movimento, são incitadas para tal. O que as leva à luta? Segundo Hobsbawm e Rude (1982), não são apenas as suas condições de vida, ainda que estas sejam determinantes. “[As] razões e causas não são o mesmo que atos. Os seres humanos não reagem ao estímulo da fome ou da opressão através de nenhuma resposta automática ou estandardizada de revolta. O que eles fazem, ou deixam de fazer, depende da sua situação histórica entre os outros seres humanos, do seu envolvimento, sua cultura, tradição e experiência” (p. 58).

Os sem-terra que formam o MST trazem ricas experiências de organização, de ajuda mútua, de solidariedade, de participação em encontros e reuniões, de reflexão em grupo. Isso se deve à sua participação na Pastoral da Terra, nas Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Teologia da Libertação (estas fizeram-se muito atuantes no Oeste Catarinense, por influência do bispo Dom José Gomes) e nos sindicatos rurais. No primeiro encontro nacional do MST, realizado em Curitiba no ano de 1985, 80% dos participantes já são sindicalizados. As próprias lideranças do movimento, constituídas principalmente na grande mobilização e ocupação de terra em Santa Catarina em 1985, são fruto das pastorais sociais da Igreja ou dos sindicatos.

É interessante perceber que o MST luta por autonomia diante da Igreja e dos sindicatos, buscando firmar-se como uma organização com condução própria, o que de fato se consolida, entretanto é levado a enfrentar um contexto de retração do movimento social, especialmente dos sindicatos mas também da Igreja Católica, que passa por uma direitização. O MST hoje é quem organiza os sem-terra diretamente, muitos têm referência de parentes e amigos já assentados, muitos outros vêm no MST a única possibilidade de saída diante da impossibilidade de sobrevivência.

Muitos dos que estão hoje no MST tinham receio de entrar no movimento, eram inclusive contra sua principal forma de atuação - a ocupação, ou seus familiares se opunham. Ainda assim, foram incitados ao movimento, pela sua situação econômica. Mesmo depois de acampados, custaram a acreditar na possibilidade de conquistar a terra, até porque participaram das primeiras ocupações organizadas pelo MST.

Suas histórias são marcadas pela coragem, pelo enfrentamento, inclusive por confrontos diretos com policiais e pela segurança privada dos proprietários, e pelo sofrimento.

Vale a pena sofrer e rolar de lá pra cá. (Sinira)

A luta cansa, mas quem não luta não consegue nada. (Sebastião)

O cansaço da luta é fruto das longas esperas pelo assentamento, das várias ocupações, despejos e reocupações, além de toda a luta após o assentamento para conquistar crédito, assistência técnica, escola, infra-estrutura. O sofrimento é marca da vida dos sem-terra, dos anos embaixo de barracos de lona e das inúmeras dificuldades dos assentamentos, além de ser idealizado pelo movimento como algo necessário a todo militante, que deve sofrer pela causa. O enfrentamento é próprio de uma sociedade de classes, marcada pela oposição e pelo confronto, e indica o sentido histórico do MST, que pela sua grandiosidade e impacto causado socialmente, é reprimido de todas as formas, diretas e indiretas.

Portanto, a identidade de classe do sem-terra constitui-se por meio da sua participação nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos, por meio de diversas formas externas e internas. As primeiras referem-se às manifestações públicas, como marchas, atos, ocupações. As segundas são as constituintes da organização interna dos acampamentos e assentamentos, como a participação nos núcleos, nas comissões de organização, nos setores de produção, nos grupos de mulheres e nos grupos coletivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto fizemos algumas reflexões sobre o que constitui a identidade social comum dos trabalhadores sem terra que formam o MST. Inicialmente consideramos que a identidade social refere-se à natureza de classe dos sem terra, portanto a classe é o eixo que determina a sua vivência de subordinação ao capital. Os trabalhadores que perderam suas terras ou que nunca tiveram acesso a ela vão constituir-se, a partir da década de 80, como um sujeito coletivo, organizados nacionalmente num movimento que se confronta

politicamente com a classe latifundiária e o Estado guardião dos privilégios das classes proprietárias.

Com diferentes origens e trajetórias sociais, os sem terra vão diferenciando-se dos desvalidos, dos desamparados, dos que vivem nas favelas das cidades, dos que vagueiam em busca de trabalho, pelas suas ações, que são de enfrentamento e de organização da vida (no campo da produção, da educação, da saúde, da habitação). Dessa forma constroem a unidade, uma unidade cada vez mais difícil de ser construída, tendo em vista que as ocupações e acampamentos que vêm acontecendo nos últimos anos à beira das estradas reúnem trabalhadores do campo e da cidade que têm trabalhado de forma cada vez mais precária e vivido em situações de degradação. Entretanto, se diferenciam pelo fato de constituírem um movimento organizado, que é capaz de dar condução política à revolta e ao desespero.

Considerados como uma “massa totalmente destituída de propriedade”, lutam pela terra ou pela propriedade da terra, e pelo trabalho, num contexto histórico em que a propriedade é restrita aos que detêm a propriedade dos meios de produção e da força de trabalho, elemento central na produção de riquezas. E num contexto em que o trabalho é fonte de exploração e de alienação, ainda que, contraditoriamente, constitui-se como sonho de muitos, como forma de inserção social.

Percebemos que as contradições em que se move o MST são muitas. Suas reivindicações imediatas inscrevem-se nos marcos de reivindicações legalistas da sociedade civil, estando dependentes da ação do Estado, ao mesmo tempo em que questionam a estrutura social, na sua luta contra o capital latifundiário, contra a concentração de terras e de riquezas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUED, B. W., FIOD, E. G. M. Origens sociais dos movimentos rurais em Santa Catarina. In: VENDRAMINI, C. R. *Educação em movimento na luta pela terra*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2002 (Serie Pesquisa, 2)
- CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

- CASTRO, Ramón Peña. *Notas sobre a questão agrária*. 17 p. (Apostila)
- FERNANDES, F. (Org.) *Lênin: política*. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1978.
- GOODMAN, D., SORJ, B., WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 5, n. 4, 1985, p. 31-56.
- HOBBSAWM, E. Notas sobre consciência de classe. In: *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*, 2.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOBBSAWM, E., RUDÉ, G. *Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra no início do século XIX*. Tradução de Marco A. Pamplona e Maria L. S. Pinto. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1982. 369p.
- JORNAL BRASIL DE FATO. São Paulo, ano 1, n.8, 27 de abril a 3 de maio, 2003.
- KULA, W. La historia económica y la historia de los novos movimientos sociales. In: _____. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona : Península, 1977. p. 68-71.
- LÊNIN, V. I. Una grande iniciativa. In: _____. *Obras escogidas*. Moscu: Ed. en Lenguas Extranjeras, 1948.
- LUKÁCS, G. Posfácio de 1967. In: _____. *História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista*. Porto : Publicações Escorpião, 1974.
- MARX, K. O dezoito brumário de Louis Bonaparte. In: MARX, K., ENGELS, F. *Obras escolhidas*, Moscovo: Edições Progresso; Lisboa: Edições “Avante”, 1982. Tomo I, p. 413-512.
- MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de José C. Bruni e Marco A. Nogueira. 7. ed. São Paulo : Hucitec, 1989. 138 p.
- PAULILO, M. I. *Terra à vista... e ao longe*. 2.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. _____. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos – o caso de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.
- VENDRAMINI, C. R. *Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.
- WRIGHT, E. O. *Clases*. Trad. de Ángel M. F. Garcia-Bermejo. Madrid : Siglo Veintiuno Editores, 1994. 365 p.

_____. *Classe, crise e o estado*. Trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro : Zahar, 1981. 224 p.